

IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL COMO AVALIAÇÃO DE MAUS-TRATOS A CÃES E GATOS

**FICANHA, N. C.^[1]; FONSECA, E. S.^[1]; CARDOSO, I. A. S.^[1]; SANCHES, I.
B.^[1]; MELLO, D. M. S.^[2]**

A domesticação dos animais originou uma relação interespecie complexa que reflete manifestações comportamentais e interações positivas ou negativas, motivadas pelo contexto psicológico, social, econômico e cultural do ser humano. A violação do bem-estar e dos direitos dos animais é reconhecida perante a legislação como crime de maus-tratos, considerando qualquer atitude que provoque dor ou sofrimento desnecessários aos animais. Uma das ferramentas utilizadas para avaliar e identificar esses casos é o Protocolo de Perícia em Bem-Estar Animal (PPBEA), que detalha os indicadores nutricionais, de conforto, saúde e comportamentais com base nas Cinco Liberdades. Objetivando a identificação e avaliação de denúncias contra maus-tratos a cães e gatos no município de Marmeleiro, Paraná, o Grupo de Extensão em Bem-Estar Animal (GEBEA), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em parceria com o Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Administração Municipal de Marmeleiro, promoveu um curso de capacitação para a comunidade local, especialmente para protetores e membros de Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para a causa animal. A capacitação ocorreu no dia 04 de novembro de 2023, no *campus* Realeza, e contou com 26 participantes. Os palestrantes abordaram o contexto científico, legal e ético acerca da promoção do bem-estar animal, de modo a ser possível aplicar o conhecimento adquirido na identificação de casos de maus-tratos, aplicando o PPBEA. Através de um formulário de avaliação individual disponibilizado ao final do evento, foi categorizada grande diversidade profissional entre os participantes, correspondendo a 13 ocupações distintas, abrangendo servidores públicos (7,7%), pedagogas (3,84%), agentes comunitários de saúde (7,7%), comerciantes (3,84%), médicos veterinários (11,53%),

[1] Nicoli Caroline Ficanha. Medicina Veterinária. Universidade Federal da Fronteira Sul. nicolic.ficanha@hotmail.com.

[1] Emily da Silva da Fonseca. Medicina Veterinária. Universidade Federal da Fronteira Sul. emilly.fonseca@estudante.uffs.edu.br.

[1] Isabella Alves dos Santos Cardoso. Medicina Veterinária. Universidade Federal da Fronteira Sul. isabellaadscardoso@gmail.com.

[1] Isabela Bonini Sanches. Medicina Veterinária. Universidade Federal da Fronteira Sul. isabelab.sanches98@gmail.com.

[2] Denise Maria Souza de Mello. Medicina Veterinária e Nutrição. Universidade Federal da Fronteira Sul. denise.mello@uffs.edu.br.

auxiliares de limpeza (7,7%), vendedores (7,7%), donas de casa (3,84%), operadores de caixa (7,7%), estudantes (15,38%), policiais militares (7,7%), empresários (3,84%) e docentes/professores (11,53%). Este perfil inespecífico não se condiciona somente ao aspecto profissional dos participantes, visto que o grau de escolaridade, gênero sexual, faixa etária, estado civil, quantidade de filhos e a renda média domiciliar também são parâmetros expressivos. A maioria (42%) dos participantes apresentou ensino superior completo ou em andamento (15%), indicando que o nível educacional pode influenciar na atuação e promoção do bem-estar animal. Além disso, 13 (50%) participantes são membros de ONGs envolvidos em atividades de proteção animal. Entre esses, 53,84% possuem ensino médio completo sem formação superior e 7,69% possuem ensino médio incompleto. Somente 29,23% participantes da capacitação eram do gênero masculino, comparado aos outros 80,77% do gênero feminino. De maneira geral, o curso possibilitou um melhor discernimento na avaliação de denúncias contra maus-tratos a animais, sendo que a maioria dos participantes (96,15%) declarou estar mais capacitado a atender as ocorrências, apesar de alguns (3,84%) considerarem impossível abordá-las sem apoio policial. Através deste trabalho, o PPBEA mostrou-se uma ferramenta promissora para avaliar e diagnosticar as denúncias contra maus-tratos, aumentando a segurança do avaliador e promovendo imparcialidade e individualidade na análise técnico-científica, considerando a diversidade profissional, nível educacional e o gênero dos indivíduos envolvidos, indicando uma possível influência educacional e a prevalência feminina em ações de proteção animal.

Palavras-chave: Capacitação; Proteção animal; Políticas públicas. Senciência.

Área do Conhecimento: Ciências Agrárias

Origem: Pesquisa

Instituição Financiadora/Agradecimentos: Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Administração Municipal de Marmeleiro, Associação de Proteção Animal (APA) e Grupo de Extensão em Bem-Estar Animal (GEBEA) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).